

## Concurso Público

### Cargo 2:

### Controlador de Recursos Públicos Área: Direito

Provas Objetivas  
Aplicação: 15/8/2004



### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de três horas e trinta minutos, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I 16/8/2004, a partir das 10 h – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II 17 e 18/8/2004 – Recursos [provas objetivas]: exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III 8/9/2004 – Resultado final das provas objetivas e convocação para a entrega da documentação da avaliação de títulos: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br) — e Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – TCEES, de 17/6/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Nossa identidade contemporânea nos remete para os  
centros do capitalismo, permeada que está pela globalização  
liberal — pelo grau maior ou menor em que conseguimos  
4 induzir os sintomas desse fenômeno, como *shopping centers*,  
televisão a cabo, celulares —, mais do que por sua inserção  
internacional, que nos faz ter um destino similar ao do resto  
7 do continente ao qual estamos geográfica e historicamente  
integrados.

(...)

10 Várias crises financeiras depois, e duas décadas e meia  
de estagnação, financeirização e precarização das relações de  
trabalho, tornaram os países latino-americanos mais semelhantes  
13 do que nunca. Estão igualmente em crise o Brasil e o Paraguai,  
a Argentina e o Haiti, o México e a Bolívia, o Peru e o Equador,  
a Venezuela e a Guatemala, a Colômbia e a Nicarágua.

16 As décadas posteriores nos colocaram, entre a ALCA  
e o MERCOSUL, diante de duas Américas Latinas possíveis e  
de duas imagens de nós mesmos, sob o pano de fundo do  
19 continente. Em suma, nossa imagem de nós mesmos, como país,  
dependeu sempre da forma como vimos a América Latina e  
nossa relação com nosso continente de origem e de inserção  
22 histórica comum.

Emir Sader. *A América Latina vista do Brasil. In: Correo Braziliense*, 27/6/2004 (com adaptações).

A respeito do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 1 Na linha 3, para manter o respeito às regras de regência da norma padrão, não se admite a retirada da preposição “em”, pois é ela que rege o complemento “grau maior ou menor”.
- 2 O emprego do singular em “faz” (l.6) deve-se ao respeito às regras de concordância com “Nossa identidade” (l.1).
- 3 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “ao qual” (l.7) por **a que**, precedendo-se, ou não, tal termo por vírgula.
- 4 A expressão “nós mesmos, como país” (l.19) permite identificar que os verbos e pronomes de primeira pessoa do plural e a expressão “Nossa identidade” (l.1) referem-se ao povo brasileiro.
- 5 Alteram-se os sentidos do texto, mas preservam-se sua coerência textual e correção gramatical, com a substituição do pretérito perfeito “vimos” (l.20) por **vemos** ou **temos visto**.
- 6 As ocorrências da conjunção “e” nas linhas 20 e 21 estabelecem a ligação entre os três complementos de “vimos” (l.20); por isso, a primeira delas admite ser substituída por vírgula sem prejuízo da estruturação sintática do período.
- 7 De acordo com o texto, a visão que os brasileiros têm da América Latina é homogênea e permaneceu a mesma ao longo da história do Brasil.

Portaria n.º 107, de 15/5/1996

**Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação de mercadorias destinadas a feiras, congressos, exposições ou eventos assemelhados.**

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto na Resolução do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL n.º 115/1994, promulgada pelo Decreto n.º 1.765, de 28 de dezembro de 1995, resolve:

(...)

Art. 3.º. A isenção de que trata o art. 1.º estende-se ao material promocional destinado a qualquer atividade turística, cultural, educativa, desportiva, religiosa ou de promoção comercial, bem como às mercadorias a serem distribuídas gratuitamente na ocasião ou em função da realização dessas atividades, quando originários de outro Estado-parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

(...)

Com base no trecho acima, adaptado de uma portaria ministerial, julgue os seguintes itens, a respeito de sua organização lingüística.


- 8 Na ementa da portaria, seriam preservadas a correção gramatical e a adequação do texto se, em lugar da preposição “sobre”, a preposição utilizada para o complemento da forma verbal “**Dispõe**” fosse **de**, e se registrasse aí a contração com o artigo: **Dispõe da**.
- 9 Para que seja respeitada a formatação do documento oficial em apreço, os espaços marcados por (...) devem ser preenchidos por artigos, numerados sequencialmente, e subdivididos em parágrafos, se for o caso.
- 10 Depreende-se do teor do art. 3.º que uma possibilidade gramaticalmente correta e textualmente coerente para o artigo primeiro seria a seguinte:

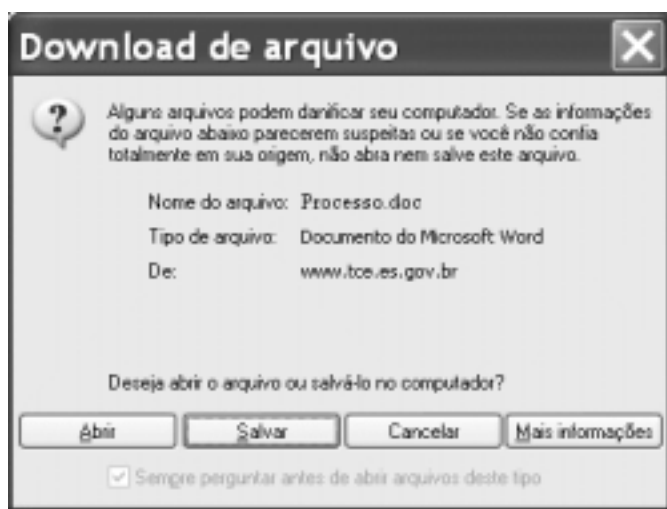
Art. 1.º. Estão isentos do imposto de importação todo ou qualquer produto destinado ao consumo no recinto de congressos, feiras ou assemelhados proveniente de um país do MERCOSUL.




Com o objetivo de obter informações acerca de atos do plenário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), um usuário da Internet acessou o sítio do tribunal — <http://www.tce.es.gov.br> — e, após algumas operações nesse sítio, obteve a página *web* mostrada na janela do Internet Explorer 6 (IE6) ilustrada na figura acima. O acesso à Internet foi realizado por meio de uma conexão ADSL, a partir de um computador PC compatível, cujo sistema operacional é o Windows XP.

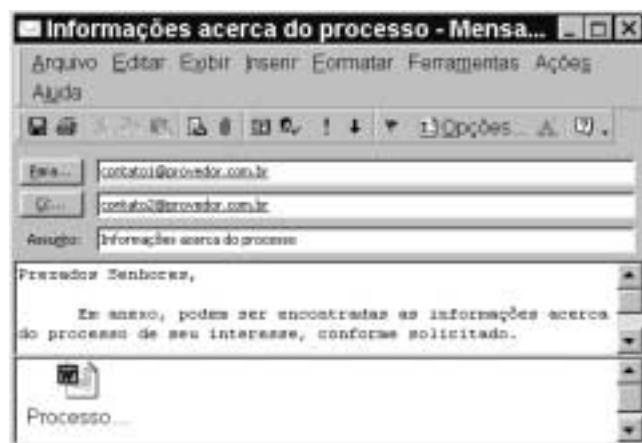
Com relação à situação hipotética descrita acima, julgue os itens seguintes.

- 11 Considerando que, com o auxílio da ferramenta de pesquisa de atos do plenário do TCEES ilustrada na figura acima, o usuário tenha obtido a janela a seguir, caso, nesta janela, o botão  tivesse sido clicado, seria iniciado um processo de *download* de um arquivo do tipo Word de nome *Processo.doc*. Antes de esse arquivo ser armazenado no computador do usuário, a pasta onde seria realizado o armazenamento deveria ser selecionada.





- 12 Como o acesso à Internet descrito foi realizado por meio de uma conexão ADSL, todos os URLs (*uniform resource locators*) das páginas do sítio do TCEES visitadas pelo usuário devem ter sido armazenadas em banco de dados específico do referido sítio. Essa operação constitui uma das medidas atualmente utilizadas para coibir a prática de invasão em ambientes informatizados, ao armazenar no servidor do sítio os URLs de suas páginas visitadas e o endereço IP da máquina do visitante.

- 13 Por meio do botão , é possível interromper a conexão ADSL e estabelecer uma conexão em banda larga do tipo *dial-up*. A vantagem desta conexão é a capacidade de se obter taxas de transmissão maiores do que a possível com aquela, que, por sua vez, oferece maior segurança na transmissão da informação.





Com relação à janela do Microsoft Outlook 2000 (MO2000) ilustrada acima, julgue o item subsequente.


- 14 Ao se clicar o botão , será realizada uma verificação ortográfica da mensagem de correio eletrônico que está sendo editada na janela do MO2000 acima ilustrada. Por meio do botão , é possível igualmente realizar a verificação ortográfica do arquivo anexado ao documento — *Processo...*





Considerando a figura acima, que mostra parte da área de trabalho do Windows 2000, na qual estão abertas a janela Painel de controle e uma janela do Word 2000 com um documento em edição, julgue os itens a seguir.


15 Por meio do ícone  Adicionar ou remover hardware na janela Painel de controle, tem-se acesso a um assistente para instalar e remover *hardware* e também solucionar problemas de *hardware* instalado no computador.



16 Sabendo que o computador em uso está conectado em uma rede local, caso se clique o botão , na barra de tarefas do Windows 2000, será acessada uma ferramenta que permitirá obter as características dos computadores que estejam conectados nessa rede local no momento do clique.

17 Por meio do menu **Arquivo** do Word 2000, é possível salvar o documento em edição em um arquivo de nome Guarapari na pasta associada à área de trabalho do Windows 2000. Caso essa ação seja realizada, aparecerá um ícone do tipo  na área de trabalho.

18 Observa-se na figura mostrada que a Lixeira do Windows 2000 está vazia. Caso se selecione todo o parágrafo mostrado no Word 2000 e, a seguir, se teclasse , o estado da Lixeira passará a ser não-vazio, com o ícone mudando para a forma .

Com relação a programas do Microsoft Office 2000, julgue os itens a seguir.

19 No Access 2000, para se abrir um novo projeto, em branco, é suficiente clicar o botão .

20 Em uma planilha do Excel 2000, considerando que as células estejam formatadas para número, caso as células A1, A2 e A3 contenham, respectivamente, os números 2, 3 e 4, se um usuário clicar a célula A4, clicar  e teclar , o conteúdo da célula A4 passará a ser o número 9.

Considere as seguintes afirmativas.

I  $\forall x$ , se  $x(x + 1) > 0$ , então  $x > 0$  ou  $x < -1$ .

II  $\forall n$ , se  $n$  é divisível por 2, então  $n$  é par.

Acerca dessas informações, julgue os itens que se seguem.

21 A negação da afirmativa II pode ser escrita da seguinte forma:  $\exists n$  tal que  $n$  é divisível por 2 ou  $n$  não é par.

22 A afirmativa I é verdadeira para  $x$  pertencente ao conjunto dos números reais.

A forma de uma argumentação lógica consiste de uma seqüência finita de premissas seguidas por uma conclusão. Há formas de argumentação lógica consideradas válidas e há formas consideradas inválidas. No quadro abaixo, são apresentadas duas formas de argumentação lógica, uma de cada tipo citado, em que  $\neg$  é o símbolo de negação.

forma de argumentação	
válida	inválida
<b>Premissa 1:</b> $\forall x$ , se $p(x)$ , então $q(x)$	<b>Premissa 1:</b> $\forall x$ , se $p(x)$ , então $q(x)$
<b>Premissa 2:</b> $p(c)$ , para algum $c$	<b>Premissa 2:</b> $\neg p(c)$ , para algum $c$
<b>Conclusão:</b> $q(c)$	<b>Conclusão:</b> $\neg q(c)$

A respeito dessa classificação, julgue os itens seguintes.

23 A seguinte argumentação é inválida.

**Premissa 1:** Todo funcionário que sabe lidar com orçamento conhece contabilidade.

**Premissa 2:** João é funcionário e não conhece contabilidade.

**Conclusão:** João não sabe lidar com orçamento.

24 A seguinte argumentação é válida.

**Premissa 1:** Toda pessoa honesta paga os impostos devidos.

**Premissa 2:** Carlos paga os impostos devidos.

**Conclusão:** Carlos é uma pessoa honesta.

Uma instituição gasta, anualmente, 25% do total do orçamento destinado a recursos humanos no aperfeiçoamento de seus empregados. O restante é gasto no pagamento dos salários e impostos correspondentes. Do total que se destina a recursos humanos, 40% vão para o pessoal de nível superior, 30%, para o pessoal de nível médio e o restante vai para o pessoal de nível fundamental. Considere que 25% dos recursos destinados ao pessoal de nível superior são gastos no aperfeiçoamento de pessoal desse nível, e, no caso do pessoal de nível médio, 30% dos recursos correspondentes são gastos nesse tipo de atividade. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, acerca do orçamento dessa instituição.

25 Menos de 12% do orçamento destinado aos recursos humanos de nível superior são gastos no aperfeiçoamento de pessoal desse nível.

26 Menos de 60% do orçamento destinado aos recursos humanos de nível fundamental não é gasto no aperfeiçoamento de pessoal desse nível.

Considere que dois controladores de recursos públicos de um tribunal de contas estadual serão escolhidos para auditar as contas de determinada empresa estatal e que, devido às suas qualificações técnicas, a probabilidade de José ser escolhido para essa tarefa seja de  $\frac{3}{8}$ , enquanto a probabilidade de Carlos ser escolhido seja de  $\frac{5}{8}$ . Em face dessas considerações, julgue os itens subseqüentes.

27 Considere que, na certeza de que Carlos tenha sido escolhido, a probabilidade de José ser escolhido é  $\frac{1}{5}$ . Nessas condições, a probabilidade de José e Carlos serem ambos escolhidos é menor que  $\frac{1}{4}$ .

28 Suponha que o tribunal disponha de uma equipe de 12 controladores de recursos públicos para compor uma equipe de 5 auditores para realizar a tarefa citada e que José e Carlos só aceitem compor essa equipe se atuarem juntos. Nessas condições, o tribunal poderá formar a sua equipe de auditores de, exatamente, 120 maneiras distintas.

RASCUNHO

A Lógica Proposicional Clássica (LPC) é a lógica das proposições dadas por fórmulas a que são atribuídos os julgamentos verdadeiros ou falsos, mas nunca ambos. Uma fórmula é indicada por uma letra proposicional P, Q, R etc. e, a partir dessas, novas fórmulas são construídas por aplicação dos conectivos lógicos, ou seja, com o operador **negação** ( $\neg$ ) constroem-se fórmulas da forma  $\neg P$  (lê-se: **não P**) e com o operador **implicação** ( $\rightarrow$ ) constroem-se fórmulas da forma  $P \rightarrow Q$  (lê-se: **P implica Q**). Parênteses devem ser usados para garantir a desejada leitura e interpretação das fórmulas. Com esses dois conectivos, pode-se representar qualquer fórmula da LPC. A única regra de inferência da LPC é  $\frac{P, P \rightarrow Q}{Q}$ , significando que, na presença das premissas (fórmulas) P e  $P \rightarrow Q$ , deduz-se Q. Os esquemas de axiomas são apenas três, dados pelas fórmulas enumeradas abaixo.

$$\text{I} \quad P \rightarrow (Q \rightarrow P)$$

$$\text{II} \quad (P \rightarrow (Q \rightarrow R)) \rightarrow ((P \rightarrow Q) \rightarrow (P \rightarrow R))$$

$$\text{III} \quad (\neg P \rightarrow \neg Q) \rightarrow (Q \rightarrow P)$$

Uma dedução de  $F = F_n$  na LPC é uma seqüência finita de fórmulas  $F_1, F_2, \dots, F_{n-1}, F_n$ , em que, para cada  $i$ , tem-se que  $F_i$  é um axioma, ou é colocada como premissa, ou é obtida de duas  $F_j$  anteriores por aplicação da única regra de inferência da LPC acima citada. Nesse caso, denota-se  $S \vdash F$  (lê-se: **F é dedutível de S**), em que S é o conjunto das premissas.

Uma dedução  $F_1, F_2, \dots, F_{n-1}, F_n$  é válida se e somente se o conjunto de fórmulas  $\Delta = \{F_1, F_2, \dots, F_{n-1}, \neg F_n\}$  não é satisfazível, ou seja, não existe uma valoração que torne verdadeiras, simultaneamente, todas as fórmulas de  $\Delta$ .

Considere a seguinte seqüência de fórmulas:

$$F_1: \neg P \rightarrow (\neg Q \rightarrow \neg P)$$

$$F_2: (\neg Q \rightarrow \neg P) \rightarrow (P \rightarrow Q)$$

.

.

.

$$F_k: (P \rightarrow Q)$$

Considerando as informações acima, julgue os itens subseqüentes.

**29** É possível completar a seqüência  $F_1, F_2, \dots, F_k$ , para algum número natural  $k$ , de modo a concluir que  $S \vdash (P \rightarrow Q)$ , em que  $S = \{\neg P\}$ .

**30** A seqüência de fórmulas abaixo é uma dedução válida.

$$F_1: P \rightarrow ((P \rightarrow Q) \rightarrow Q)$$

$$F_2: ((P \rightarrow Q) \rightarrow Q) \rightarrow (\neg Q \rightarrow \neg(P \rightarrow Q))$$

$$F_3: P \rightarrow (\neg Q \rightarrow \neg(P \rightarrow Q))$$

O Brasil faturou US\$ 1,09 bilhão, valor recorde, com a exportação de carne bovina no primeiro semestre e tornou-se um dos maiores fornecedores mundiais de carnes. Mas a posição conquistada por seus produtores mais eficientes continua ameaçada pela persistência, em alguns estados, de padrões de controle sanitário insuficientes e inaceitáveis.

A recente suspensão de importações pela Rússia, episódio já encerrado, custou relativamente pouco, mas demonstrou, mais uma vez, que a sobrevivência de focos de atraso é uma constante ameaça às pretensões do Brasil mais moderno. Com a vizinha Argentina, o problema demorou pouco mais para ser superado, mas isso se explica, mais provavelmente, por motivos que não têm relação com questões sanitárias.

O ineficiente controle sanitário em algumas áreas do Brasil pode criar problemas para os produtores e exportadores mais profissionais. Qualquer escorregão pode custar muito, especialmente porque falta construir a marca Brasil.

O Estado de S. Paulo. Editorial: O Brasil moderno paga pelo atraso, 11/7/2004, p. A3 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, relativos ao cenário econômico contemporâneo.

- 31 O atual estágio da economia mundial, crescentemente globalizada, pressupõe acirrada competição pelos mercados, o que exige dos países e das empresas que participam desse ativo comércio a capacidade de oferecer produtos de qualidade com preços atraentes.
- 32 A inexistência de mecanismos controladores do comércio global, sintetizados em algum tipo de organização multilateral que mantenha ou estipule regras e normas que zelem por seu cumprimento, é apontada pelos especialistas como o maior obstáculo à expansão do volume de exportações dos países em desenvolvimento.
- 33 Há consenso entre os analistas de economia de que a estratégia de manter o Brasil fechado à economia mundial, adotada por seus sucessivos governos ao longo da década passada, causou graves prejuízos ao país, notadamente por retardar o avanço do agronegócio brasileiro.
- 34 A política de juros altos que o Brasil pratica há alguns anos tem o claro objetivo de atrair os capitais internacionais que, ao aportar no país, direcionam-se sempre para o setor produtivo, como é o do agronegócio.
- 35 Além de vizinha, a Argentina é também parceira do Brasil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Desde a criação desse bloco, não foram poucas as ocasiões em que os dois países tiveram problemas em suas relações comerciais, a exemplo do recente anúncio argentino de limitar a cota de importação de eletrodomésticos brasileiros.
- 36 Embora o texto focalize o caráter contraditório do Brasil em um setor econômico específico, essa contradição pode ser estendida ao país, cuja economia convive com acentuados contrastes e envolve, simultaneamente, áreas de ponta, altamente profissionalizadas e com elevado padrão tecnológico, e outras, amadoras e tecnicamente afastadas da realidade mundial contemporânea.

37 A extraordinária presença do Brasil no mercado mundial de carnes está restrita à pecuária. As exportações brasileiras de frango e de carne suína são ainda irrisórias, talvez em razão das incipientes condições sanitárias apresentadas pelo país, como alerta o texto.

38 Infere-se do texto que, ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais aberto, o mercado mundial torna-se mais exigente, o que requer dos fornecedores de alimentos, por exemplo, cuidados sanitários que obedeçam a parâmetros internacionalmente aceitos.

39 Entre outros produtos, a qualidade do café, dos calçados e das carnes que exporta conferiu ao Brasil lugar de destaque no mercado mundial, o que pressupõe a existência de um conceito consolidado para o país, que abre as portas do exterior às mercadorias brasileiras.

40 Citado no texto, o episódio com a Rússia reflete uma realidade: qualquer notícia de foco de doença animal, mesmo em áreas distantes das áreas exportadoras de carnes, torna o país fornecedor — como é o caso do Brasil — vulnerável a pressões comerciais.

Isabela, atualmente residente em Minas Gerais, foi aprovada em concurso público para cargo de provimento efetivo em uma autarquia que integra a administração indireta no estado do Espírito Santo, sua nomeação já foi publicada no Diário Oficial, mas ela ainda não tomou posse.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 41 A partir da data da publicação de sua nomeação no Diário Oficial, Isabela dispõe de quinze dias para entrar em exercício, mediante a assinatura do termo de posse.
- 42 Considere que, logo após tomar posse, Isabela solicite à referida autarquia a concessão de ajuda de custo para realizar sua mudança para o estado do Espírito Santo. Nessa situação, tal solicitação deverá ser indeferida.
- 43 O ato de nomeação de Isabela deve ser submetido à apreciação do TCEES, para avaliação de sua legalidade.
- 44 Se Isabela vier a ser anonimamente denunciada pela prática de infração administrativa punível com pena de demissão, a autoridade competente não deverá instaurar sindicância para apurar a ocorrência da infração porque é vedado à administração apurar denúncias anônimas.

O município de Vitória – ES contratou a Construbrás S.A. para realizar, mediante empreitada por preço global, reforma em uma escola municipal.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 45 Se o contrato vedar que a Construbrás S.A. contrate outras pessoas jurídicas para executar quaisquer parcelas da obra, a referida reforma deverá ser considerada de execução direta.
- 46 Por tratar-se de contrato cujo objeto é a realização de obra de engenharia, a Construbrás S.A. somente pode ter sido legalmente selecionada para contratar com o município de Vitória mediante licitação na modalidade concorrência pública.
- 47 Por tratar-se de contrato em que é parte um município do Espírito Santo, o referido contrato encontra-se sujeito à fiscalização do TCEES.

Julgue os itens a seguir, considerando que a administração direta do estado do Espírito Santo tenha celebrado com determinada empresa privada contrato para o fornecimento de canetas.

- 48** Considere que um controlador de recursos públicos do TCEES, ao analisar o referido contrato, verifique a existência de ilegalidade em uma das cláusulas e, por isso, sugira ao TCEES que determine imediatamente a suspensão da execução do contrato. Nessa situação, a sugestão do referido controlador de recursos públicos deve ser rejeitada, pois seria vedado ao TCEES sustar o contrato antes de conferir à administração direta do estado do Espírito Santo prazo para que fossem tomadas as providências necessárias para o exato cumprimento da lei.
- 49** Considere que o referido contrato, em vez de estipular um prazo definido de validade, contenha cláusula determinando que ele permanecerá em vigor até que uma das partes decida rescindi-lo. Nessa situação, tal cláusula será ilícita.

Acerca do TCEES, julgue o item abaixo.

- 50** O TCEES é o órgão do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo competente para punir autoridades públicas estaduais em virtude do descumprimento das regras atinentes a responsabilidade fiscal e improbidade administrativa.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em um estado no qual não há tribunal de contas dos municípios e nenhum município possuía tribunal ou conselho de contas, em 5/10/1988, auditoria realizada pelo tribunal de contas do referido estado, na área de licitações de uma das secretarias que integram a estrutura do Poder Executivo de certo município, constatou que um funcionário, ocupante de cargo efetivo há quatro anos, na prefeitura, para o qual foi nomeado em razão de concurso público, na condição de presidente da comissão de licitações, fraudou um certame licitatório, a fim de celebrar um contrato, na área de fornecimento de merenda escolar e de programa de treinamento de trabalhadores, com valores superfaturados. Os recursos a serem utilizados para o pagamento do contrato eram: no que concerne à merenda escolar, recursos federais, repassados ao município pelo Ministério da Educação, e, na área de treinamento de trabalhadores, recursos estaduais, repassados ao município pela Secretaria de Trabalho do estado. A equipe de auditoria apurou, ainda, que parte dos recursos que seriam utilizados para pagamento da empresa contratada havia sido depositada, diretamente, em uma conta do comitê pró-reeleição do prefeito em exercício.

Com base na situação hipotética acima apresentada e nos aspectos constitucionais, legais e doutrinários a ela pertinentes, julgue os itens que se seguem.

- 51** O sistema de controle externo, adotado na Constituição Federal, nas esferas federal, estadual e municipal, é uma decorrência do princípio federativo, uma vez que guarda estreita relação com o respeito à autonomia das unidades federadas.
- 52** O tribunal de contas do estado deverá ser o órgão auxiliar da Câmara Municipal desse município no exercício do controle externo, enquanto não for criado, no estado, um tribunal de contas dos municípios, criação esta contra a qual não existe vedação constitucional.
- 53** Se fosse demitido, como resultado de processo administrativo disciplinar, o servidor envolvido na fraude poderia obter, judicialmente, a anulação do processo, se demonstrasse, em juízo, que não lhe fora concedido o direito de ampla defesa. Nesse caso, se outro servidor estável tivesse ocupado o seu cargo e não houvesse mais nenhum cargo vago na prefeitura, o servidor reintegrado judicialmente seria posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

- 54** No caso de ser processado por prática de crime de apropriação indébita dos recursos repassados pela União para a merenda escolar, o prefeito deverá ser julgado pelo tribunal regional federal com competência na região de localização do município.
- 55** Em face da aplicação, na elaboração da Constituição Estadual, do princípio da simetria, com relação às competências do tribunal de contas do estado, o próprio tribunal de contas poderia sustar a execução do contrato impugnado, comunicando o fato à Câmara Municipal.

Com relação ao processo legislativo, ao controle de constitucionalidade e ao sistema tributário nacional, julgue os itens a seguir.

- 56** A revogação de uma medida provisória (MP) por outra apenas suspende a eficácia da norma ab-rogada, que voltará a vigorar pelo tempo de vigência que lhe reste, caso haja rejeição tácita ou expressa da MP ab-rogante.
- 57** No controle concentrado de constitucionalidade, a medida cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade tem efeito vinculante e produz efeitos *ex nunc*, salvo se o Supremo Tribunal Federal (STF) entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.
- 58** Na lei complementar federal destinada a estabelecer as normas gerais em matéria de legislação tributária, é possível a instituição de um regime único de arrecadação de impostos e contribuições da União, dos estados e dos municípios, sendo o recolhimento dos tributos unificado e centralizado.
- 59** A vedação à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, se aplica, também, ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.



Acerca das pessoas e dos bens, julgue os itens a seguir.

- 60** São pertencas os bens acessórios do bem principal, dele fazendo parte integrante, seja em decorrência da vontade das partes, ou até mesmo das circunstâncias do próprio negócio.
- 61** Se, no curso de uma ação, for verificada a ocorrência de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão de patrimônio, poderá o juiz decidir de ofício, ou a requerimento de quaisquer pessoas interessadas, que os efeitos das relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos sócios, dissolvendo a pessoa jurídica por fraude dos administradores ou sócios.

A respeito dos contratos, julgue os itens seguintes.

- 62** Fica caracterizada a evicção se o alienante não era titular legítimo do direito que transferiu, vindo o adquirente a perder o bem, seja em virtude de sentença judicial, seja por ato administrativo.
- 63** Configura-se como causa de rescisão do contrato de promessa de compra e venda, quando houver descumprimento da obrigação por parte do promitente-comprador, restituindo-se as partes à situação anterior, ou seja, a devolução do bem e a restituição de toda a quantia paga pelo comprador, em obediência ao princípio do enriquecimento sem causa e como forma de recomposição das partes do *status quo ante*.

No que se refere a doação e troca, julgue os itens que se seguem.

- 64** A doação de ascendente para descendente, sem o consentimento dos demais, não é anulável. Ela é válida desde que o donatário não seja contemplado com a totalidade dos bens, em prejuízo dos demais descendentes, ou em parte que excedesse o disponível do doador, em fraude à legítima.
- 65** É vedada a permuta de bens entre pais e filho, sem o consentimento do cônjuge ou dos descendentes, mesmo se os bens permutados forem de igual valor, ou se os valores forem complementados em dinheiro ou em outros bens.

Com relação ao negócio jurídico, julgue os itens subseqüentes.

- 66** Se, na prática de negócio jurídico, for violada norma de natureza imperativa, cogente, o negócio jurídico é anulável caso haja danos a terceiros, pois os agentes que praticaram o ato simulado em violação a preceito legal não se podem valer da própria malícia para anular o negócio nem alegar a simulação um contra o outro.
- 67** A capacidade de direito é a aptidão para ser sujeito de direitos e obrigações, e exercer, por si ou por quem de direito as represente, atos da vida civil.
- 68** A sentença que pronuncia a anulabilidade de um ato negocial produz efeitos *ex nunc*, de modo que o negócio produz efeitos até esse momento, respeitando-se as conseqüências geradas anteriormente.

Em relação a formação, desenvolvimento e extinção do processo, julgue os itens seguintes.

- 69** O fechamento do foro na Semana Santa é considerado feriado. Durante essa época, não há interrupção da contagem dos prazos e o vencimento é prorrogado para o primeiro dia útil subseqüente.
- 70** A ação é considerada proposta desde que a inicial tenha sido distribuída ou despachada, conforme o caso. Mas, perante o réu, somente a citação tem a força de tornar prevento o juiz, induzir litispendência, fazer litigiosa a coisa, constituir em mora o devedor e interromper a prescrição.
- 71** A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) está pacificada no sentido de que não há necessidade, para que se configure a fraude à execução, que o executado tenha sido citado para a execução, bastando que a execução tenha sido ajuizada pelo exeqüente.
- 72** Pressupostos processuais e condições da ação, no direito processual brasileiro, são questões que, ausentes na relação processual, levam o juiz a extinguir o processo com apreciação do mérito da causa, compondo-se definitivamente o conflito de interesses do ponto de vista material.

No que se refere a mandado de segurança, embargos do devedor, embargos de terceiro, ação civil pública e ação popular, julgue os itens a seguir.

- 73** O mandado de segurança é cabível contra lei em tese. Além disso, a necessidade de produção de prova em juízo em relação aos fatos alegados na inicial não impede o acesso à via mandamental.
- 74** Nos embargos do devedor, ocorre a chamada legitimidade cruzada: o executado passa a autor da ação de embargos e o exeqüente, a réu. Ressalta-se que a parte ilegítima, na execução, é legítima nos embargos.
- 75** Se o cônjuge do executado for intimado da penhora em imóvel do casal, ainda assim será parte legítima para opor embargos de terceiro para a defesa de sua meação.
- 76** O Ministério Público é legitimado, com exclusão de qualquer outra pessoa física ou jurídica, para propor ação civil pública, enquanto que somente o cidadão é parte legítima para propor ação popular.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca da parte especial do Direito Penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 77** Mário, funcionário público, apropriou-se de um bem móvel público de que tinha a posse em razão do cargo. Nessa situação, Mário cometeu o crime de apropriação indébita.
- 78** Cláudio, funcionário público, praticou crime de abuso de autoridade. Nessa situação, em consequência desse fato, Cláudio pode perder o cargo mas não ficará inabilitado para o exercício de outra função pública.
- 79** Um governador de estado autorizou a assunção de obrigação no último quadrimestre do último ano do mandato. No entanto, a referida despesa não pôde ser paga no mesmo exercício financeiro. Nessa situação, o governador praticou crime de assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura, punido com pena de reclusão de um a quatro anos.
- 80** João falsificou uma carteira de habilitação e, após solicitação de autoridade competente, apresentou-a em uma *blitz* policial, na qual a falsidade do documento foi identificada. Nessa situação, de acordo com o entendimento do STF, João deverá ser punido por um só crime, qual seja, o de falsificação de documento público.
- 81** Lúcio recebeu, em razão de sua função pública, vantagem indevida. Nessa situação, Lúcio praticou crime de corrupção passiva e, se retardar ato de ofício por ter recebido referida vantagem, terá sua pena aumentada de um terço.

A respeito das leis penais especiais, julgue os seguintes itens.

- 82** Nos crimes contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro, cometidos em quadrilha ou em co-autoria, o co-autor ou partícipe que, por meio de confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.
- 83** Os crimes de gestão fraudulenta e gestão temerária são idênticos e punidos com a mesma pena.
- 84** Considere a seguinte situação hipotética.

Fábio ocultou das autoridades competentes a origem de dinheiro proveniente, indiretamente, de crime contra o sistema financeiro nacional.

Nessa situação, Fábio praticou crime de lavagem de dinheiro, cuja pena será aumentada de um a dois terços se o agente tiver convertido o dinheiro em ativo lícito, por intermédio de organização criminosa, para dissimular a sua utilização.

Em um certame licitatório para a compra de cartuchos de tinta para impressoras, na modalidade de pregão, promovido por um órgão da administração direta de um estado da Federação, estabeleceu-se, entre outras exigências, a obrigatoriedade de:

- a) aquisição do edital, pelos licitantes, para a participação no pregão;
- b) apresentação de documentos comprobatórios da regularidade da situação do licitante perante a fazenda nacional, a seguridade social, o fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) e a fazenda estadual e atendimento, pelo licitante, das exigências do edital quanto à habilitação jurídica e às qualificações técnica e econômico-financeira.

Aberta a sessão, os interessados apresentaram declaração dando ciência de que cumpriam plenamente os requisitos de habilitação e entregaram os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos.

Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procedeu à abertura do invólucro com os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, no pregão, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital, observando que ele não havia apresentado o documento de qualificação técnica, razão por que o licitante foi desclassificado.

O concorrente desclassificado, imediatamente após a declaração do vencedor da licitação, manifestou sua intenção de recorrer. Sustentou que o pregoeiro desconhecia a lei que disciplinava o pregão e alegou que não precisava apresentar qualificação técnica porque, conforme declaração constante dos documentos apresentados, ela já fora comprovada e constava do registro de sua empresa no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SISCAD), mantido pelo estado e similar ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), de âmbito federal. Em consequência, pediu prazo para a apresentação das razões de recurso.

Com relação à situação hipotética descrita acima — certame licitatório na modalidade de pregão —, julgue os itens a seguir.

- 85** Mantida a desclassificação e interposto recurso dessa decisão para a autoridade competente para aprovar o procedimento licitatório, essa autoridade pode declarar a nulidade do ato de desclassificação do concorrente que ofereceu o menor preço no pregão, porque a legislação que disciplina essa modalidade de licitação permite que os licitantes deixem de apresentar os documentos de habilitação que já constem do SICAF ou outro sistema similar, mantido pelos estados, a exemplo do SISCAD, referido na situação em apreço.
- 86** Um concorrente interessado em participar da licitação poderia ter impetrado mandado de segurança para assegurar sua participação no certame licitatório, sem cumprir a obrigação editalícia de aquisição do edital, uma vez que essa exigência é vedada pela lei que disciplina o pregão.

Acerca do regime jurídico único dos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do estado do Espírito Santo e quanto aos poderes da administração, julgue os itens seguintes.

- 87** Será suspenso o servidor que não entrar em exercício no prazo legal, contado da data da posse, quando esta for exigida, ou da publicação do ato, nos demais casos.
- 88** A avocação, como faculdade decorrente do poder hierárquico, pode, sem restrições, ser exercida pelo superior em relação às funções atribuídas aos subordinados, desonerando-se o subordinado de toda a responsabilidade pelo ato avocado.

Em determinado estado, foi instalada uma área de porto organizado dentro dos limites de um município costeiro. A exploração das atividades de capatazia na área pública desse porto foi concedida a uma sociedade de economia mista ligada ao Ministério dos Transportes, à qual, para a instalação da área, foram cedidos, sob regime de delegação, prédios de propriedade da União. A instalação implicou, ainda, a necessidade de instituição de servidões administrativas, bem como a desapropriação de alguns terrenos pertencentes a particulares.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 89** Os edifícios ou terrenos públicos da União cedidos à sociedade de economia mista mencionada perderão a característica de bens de uso especial e poderão ser objeto de tributação, por meio de impostos, por outro ente estatal.
- 90** As servidões administrativas necessárias à instalação do porto serão instituídas por acordo administrativo ou por sentença judicial e precedidas de ato declaratório de servidão. Além disso, devem ser efetivadas com o registro competente, para que gerem efeitos *erga omnes*.
- 91** No que se refere ao processo desapropriatório dos terrenos particulares, se o Estado não efetivar a desapropriação no prazo legal, ocorrerá a caducidade, e os terrenos não poderão ser objeto de nova declaração expropriatória.

A respeito da responsabilidade civil da administração dos serviços públicos, julgue os itens subseqüentes.

- 92** Havendo nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo particular e o ato praticado pelo agente público — ainda que este agente esteja atuando fora do exercício da sua função pública —, surge o dever estatal de indenizar integralmente o particular pelo dano a ele causado, salvo se for provado pelo Estado que, mesmo levando-se em conta a teoria da aparência, o desconhecimento pelo particular da atuação do agente público com abuso de direito era inescusável, sendo, nesse caso, a responsabilidade do Estado proporcional à sua culpa em confronto com a culpa do particular.
- 93** Os serviços públicos podem ser privativos, quando atribuídos a pessoas jurídicas de uma das esferas da Federação, ou comuns, quando prestados por pessoas jurídicas de mais de uma esfera federativa, sendo que, nesse caso particular, a regulamentação do serviço público cabe exclusivamente à esfera federativa de nível mais elevado.

No que se refere à classificação dos impostos estabelecida pelo Código Tributário Nacional, julgue os itens que se seguem.

- 94** O imposto sobre produtos industrializados (IPI) é um tributo federal que, apesar de incidir sobre as importações, não é considerado um imposto sobre o comércio exterior.
- 95** O imposto municipal sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI) é um imposto sobre produção e circulação.
- 96** O imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários (IOF) classifica-se como imposto federal sobre a produção e circulação.

Acerca do instituto da solidariedade tributária, julgue os itens a seguir.

- 97** No caso brasileiro, a solidariedade limita-se a situações em que as pessoas tenham interesse comum na situação que constitui o fato gerador da obrigação principal.
- 98** O fisco pode escolher uma pessoa entre as solidariamente obrigadas ao pagamento de um tributo para contra ela promover a execução.
- 99** Resulta da solidariedade que, sendo concedida a isenção a um dos devedores solidários, todos serão automaticamente exonerados, ainda que a outorga tenha caráter pessoal.

No que se refere à extinção do crédito tributário, julgue os itens subseqüentes.

- 100** O descumprimento de uma obrigação acessória pelo devedor converte essa obrigação em principal que, por sua vez, sendo paga, ilide o dever de pagar o crédito tributário de origem.
- 101** O pagamento de um crédito tributário relativo a determinado tributo implica a quitação total daquele tributo.
- 102** Concluído o julgamento de um processo judicial em que o contribuinte recebeu sentença favorável à extinção de uma obrigação tributária, extingue-se o crédito tributário.

Acerca dos dispositivos constitucionais relativos ao orçamento, à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e ao plano plurianual (PPA), julgue os itens que se seguem.

- 103** Apesar de ser caracterizado como um plano de investimentos, o PPA também deve trazer algumas das despesas correntes.
- 104** As agências financeiras oficiais de fomento devem ter sua política de aplicação definida no PPA.
- 105** Se a lei federal estabeleceu determinada isenção, o governo deve informar anualmente ao Congresso Nacional os efeitos dessa isenção sobre a receita.
- 106** Uma empresa estatal deve ter o seu orçamento de capital presente no orçamento de investimento das estatais e o seu orçamento corrente, no orçamento fiscal.

A respeito da disciplina constitucional dos precatórios, julgue os seguintes itens.

- 107** Qualquer débito judicial da fazenda pública somente pode ser pago por meio da expedição de precatório.
- 108** Para efeito de precatório, o crédito decorrente da invalidez ocasionada por fato que importe responsabilidade civil do Estado enquadra-se no conceito de alimentício.
- 109** Considere que um débito da União para com uma pessoa deveria ter sido inscrito no orçamento para 2005, mas não o foi, por falha do governo, apesar de requerido no prazo. Nessa situação, o referido débito somente poderá ser pago a partir de 2006.

Com relação à classificação da receita, julgue os itens a seguir.

- 110** Os fatos geradores da receita corrente têm a tendência de se repetir enquanto os da receita de capital tendem a ser pontuais.
- 111** Um contrato de aluguel em que a União é locadora e o pagamento é mensal deve ser objeto de lançamento a cada mês.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca de sociedades comerciais, sociedades por cotas de responsabilidade limitada e sociedades por ações, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 112** A, B, C e D, sócios de determinada sociedade empresária, desejam efetuar alteração no ato constitutivo da sociedade no que se refere à participação de cada sócio nos lucros e nas perdas da pessoa jurídica. Nessa situação, a modificação desejada dependerá do consentimento da totalidade dos sócios.
- 113** Um grupo de mulheres decidiu instituir sociedade cooperativa cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza e conservação. Nessa situação, a atividade desenvolvida constitui atividade empresária, por tratar-se de atividade econômica organizada para a produção e circulação de serviços.
- 114** João e José pretendem constituir determinada sociedade por cotas de responsabilidade limitada. João contribuirá com a importância de R\$ 100.000,00 para a constituição do capital social. José, depois de demonstrada sua insuficiência de recursos financeiros, contribuirá com a prestação de serviços. Nessa situação, a forma de constituição do capital social é legalmente válida.

**115** Os doze sócios da sociedade empresária Global Ltda. pretendem reunir-se para deliberar acerca da modificação do contrato social. Nessa situação, a deliberação deverá ser tomada, obrigatoriamente, em assembléia.

**116** Pedro, diretor de determinada sociedade em comandita por ações, foi destituído de seu cargo. Nessa situação, a responsabilidade de Pedro pelas obrigações sociais contraídas sob sua administração cessará depois de doze meses contados de sua destituição.

**117** Determinado grupo de pessoas pretende formar uma sociedade anônima. Algumas possuem numerário em dinheiro, outras possuem apenas bens móveis e imóveis suscetíveis de avaliação pecuniária. Nessa situação, não há óbice legal para que o capital social da pessoa jurídica seja formado pela junção do numerário em dinheiro com os referidos bens.

A escrituração comercial consiste no registro de todas as operações das quais participe o titular da empresa. O exercício regular do comércio pressupõe a escrituração dos atos e dos fatos concernentes à atividade empresarial nos livros comerciais, além da manutenção de uma contabilidade regular com base nas informações neles lançadas. Esse registro dos resultados do empreendimento possibilita a seu titular a avaliação do acerto das decisões administrativas tomadas, bem como a definição dos rumos a serem seguidos.

Modesto Carvalhosa. *Comentários ao Código Civil*. v. 13. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 776 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, a respeito dos livros comerciais e da escrituração mercantil.

- 118** Toda pessoa que exercer atividade empresarial deverá escriturar o livro diário, que, embora seja indispensável, pode ser substituído por fichas, no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.
- 119** No artigo pertinente, o Código Civil prevê, sem ressalvas, que a escrituração da sociedade empresária ficará sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado.

De acordo com o art. 887 do Código Civil, o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produzirá efeito quando preencher os requisitos da lei. Com base nessa assertiva, julgue o item abaixo, relativo ao instituto dos títulos de crédito.

**120** São características ou requisitos essenciais a quaisquer títulos de crédito a literalidade, a autonomia, a cartularidade e a executividade.